



5172833



00135.227007/2025-16



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

**Ata da 339ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
(CONANDA)**

**Datas:** 13 e 14/08/2025

Brasília, na data da assinatura.

Nos dias treze e quatorze do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, no Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar Sala Plenária, Asa Sul – Brasília/DF, foi realizada a Trecentésima Trigésima Nona Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – Conanda. Estiveram presentes: **Dia 13/08/2025** - Adriana Marques (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Adriano de Britos (ACM); Aline Kelly Dias Silva (Ministério da Previdência Social); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Clóvis Alberto Pereira (Organização Nacional dos Cegos); Christiane Azevedo Barros (Ministério do Trabalho e Emprego); Dalila dos Santos Gonçalves (CONTAG); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Denise Leite Ocampos (Ministério da Saúde); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Eduardo Pareja Coelho (Ministério do Esporte); Elizabete Terezinha Silva Rosa (CFESS); Erasto Fortes Mendonça (Ministério da Educação); Jefferson Cruz Acácio (Ministério da Igualdade Racial); Jefferson dos Santos Oliveira (Ministério dos Povos Indígenas); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Marcelo Aguiar Cerri (Ministério do Planejamento e Orçamento); Márcio Gimene de Oliveira (Casa Civil da Presidência da República); Maria do Pilar Lacerda A. e Silva (SNDCA); Marina de Pol Poniwas (CFP); Natalete Oliveira da Silva (Ministério da Cultura); Paulo Thadeu Franco das Neves (FENAJ); Paulo Roberto do Espírito Santo (Fundação Fé e Alegria); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Tatiana Augusto Furtado Gomes (Inspeção São João Bosco – Salesiano); Débora Sophia Nascimento da Cunha (CPA/RN); Ellen Hipólito dos Santos (CPA/SE); Nikollas Kauã de Jesus Lima (CPA/SE); Rian Eduardo Carvalho (CPA/PR). **Dia 14/08/2025** - Adriana Marques (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Adriano de Britos (ACM); Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo (MDS); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Christiane Azevedo Barros (Ministério do Trabalho e Emprego); Dalila dos Santos Gonçalves (CONTAG); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Denise Leite Ocampos (Ministério da Saúde); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elizabete Terezinha Silva Rosa (CFESS); Erasto Fortes Mendonça (Ministério da Educação); Jefferson dos Santos Oliveira (Ministério dos Povos Indígenas); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Marcelo Aguiar Cerri (Ministério do Planejamento e Orçamento); Maria do Pilar

Lacerda A. e Silva (SNDCA); Marina de Pol Poniwas (CFP); Nayara Karin Falcão de Oliveira (Ministério do Esporte); Natalete Oliveira da Silva (Ministério da Cultura); Paulo Thadeu Franco das Neves (FENAJ); Paulo Roberto do Espírito Santo (Fundação Fé e Alegria); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Tatiana Augusto Furtado Gomes (Inspeção São João Bosco – Salesiano); ); Débora Sophia Nascimento da Cunha (CPA/RN); Ellen Hipólito dos Santos (CPA/SE); Nikollas Kauã de Jesus Lima (CPA/SE); Rian Eduardo Carvalho (CPA/PR).

**Dia 13/08/2025 - Abertura da 339ª Assembleia Ordinária do Conanda** A Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva iniciou a assembleia cumprimentando a todos os presentes. Após, foi realizada a verificação do quórum e proferida a leitura da pauta para a reunião, que segue - *Dia 13/08/2025: 09h às 09h15: Abertura da 339ª Assembleia do Conanda com Leitura da Ordem do dia. 09h15 às 09h30: Informes da Secretaria Executiva do Conanda. 09h30 às 10h: Relato do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA. 10h às 11h30: Relato da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar - CDHAP. 11h30 às 12h30: Relato do Grupo Temático para acompanhar a implementação e efetivação das Diretrizes estabelecidas na Resolução nº 252 de 16 de outubro de 2024. 12h30 às 14h: Intervalo para Almoço. 14h às 15h: Relato da Comissão Permanente de Mobilização e Formação - CMF. 15h às 16h: Relato da Comissão Permanente de Orçamento e Finanças – COF. 16h às 17h: Relato da Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPP. 17h às 17h30: Encaminhamentos finais. 17h30: Encerramento.* *Dia 14/08/2025: 9h às 10h: Aula Magna do Lançamento do Diálogos Romani: formação em direitos de crianças e adolescentes Romanis e valorização das memórias familiares, realizado pela Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ENDICA), ministrada pela Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo. 10h às 12h30: Implementação das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008. Convidadas: Zara Figueiredo, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão; Suelaine Carneiro, coordenadora do programa de educação e pesquisa de Geledés; Beatriz Soares Benedito, Analista de Políticas Públicas do Instituto Alana. 12h30 às 14h: Intervalo para Almoço. 14h às 15h: Apresentação sobre a agenda de Criança e Adolescente no PPA e LOA, Convidados: Virginia de Ângelis Oliveira de Paula, Secretária Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento; Elaine Xavier, Subsecretária de Temas Transversais da Secretaria de Orçamento Federal; Danyel Iório, Subsecretário de Programas Sociais, Áreas Transversais e Multissetoriais e Participação Social; Clarice Fernandes Marinho - Coordenadora de Avaliação e Temas Transversais. 15h às 17h00: Apresentação do Código de Conduta Brasil e Informações sobre o Movimento Turismo que Protege, Convidada: Juliana Paula de Paiva Oliveira, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério do Turismo. 17h às 17h30: Encaminhamentos Finais. 17h30: Encerramento da 339ª assembleia Ordinária. Seguidamente, passou-se para o ponto de pauta: Informes da Secretaria-Executiva. Com uso da palavra, a Senhora Verena Martins solicitou aos conselheiros(as) para que as reuniões das comissões, fóruns e outras demandas em que forem indicados, que possa ser informado à Secretaria-Executiva para que seja realizado o controle das informações sobre o comparecimento ou a ausência nos referidos eventos. Adiante, o Conselheiro Renato César Ribeiro Bomfim fez um apelo à Mesa Diretora para que quando forem inseridos os conselheiros(as) para realizar a representação do Conanda, de forma externa, que seja obtido mais clareza sobre o evento e que seja com uma certa antecedência. Que haja mais*

zelo e atenção, pois é dedicado muito respeito e carinho com os trabalhos realizados. Posteriormente, avançou-se ao ponto de pauta: Relato do Comitê de Participação de Adolescentes - CPA. Os adolescentes realizaram o seguinte questionamento aos conselheiros(as) do Conanda: Qual o posicionamento do Conanda em relação ao PL 2628/2022 e com os casos de denúncia. Com uso da palavra, a Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva inferiu que a Secretaria Nacional de Direitos da Criança e Adolescente está trabalhando, através do Sr. Fábio Meirelles, em todo o processo de debate e articulação do Projeto de Lei nº 2628, junto ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Educação; e há uma articulação que já está presente no governo há bastante tempo sobre a temática. Finalizou considerando que será uma grande briga com as plataformas, para que haja o regulamento das redes sociais. Em seguida, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira pontuou que o Conanda e as várias entidades que o compõem tem falado, insistente, sobre o tema, mas não foram ouvidos. Sendo assim, considerou que é importante repensar os métodos que são utilizados, pois é necessário que haja um mecanismo de controle e mediação das plataformas. Ato contínuo, o Conselheiro Adriano de Britos reforçou que é importante aproveitar as notícias e informações que foram postas para tratar do que é informado no artigo 227 da Constituição, como uma prioridade absoluta, realmente realizando uma interlocução. Após, o Conselheiro Paulo Thadeu Franco das Neves ressaltou a necessidade da participação do Conanda e da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar no acompanhamento do tema, criando mecanismos para realizar uma ação permanente no Congresso Nacional com alguns conselheiros(as) da CDHAP. Seguidamente, uma das partícipes propôs que o Conanda pudesse fazer contato com alguns influencers, que são sensíveis à pauta, para auxiliar na divulgação de suas campanhas, a fim de impulsionar para que mais pessoas possam ter contato com o tema e o que está sendo tratado. Adiante, seguiu-se ao item: Relato da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar - CDHAP. A Conselheira Deila do Nascimento M. Cavalcanti fez a apresentação e foram propostos os seguintes encaminhamentos para o primeiro ponto apresentado (Impactos da Inteligência Artificial na Proteção de Crianças e Adolescentes): 1. Elaboração de uma nota de apoio ao PL, para apresentação na Assembleia de setembro; 2. Que a CMF possa pensar em uma campanha nacional de conscientização sobre os riscos da IA para crianças e adolescentes; 3. CMF possa fazer um diálogo com a Coordenação-Geral de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos; 4. Mapeamento nacional das delegacias especializadas em crimes cibernéticos. Para o segundo ponto apresentado, formou-se os seguintes encaminhamentos (Violência Vicária de Gênero): Apresentação na Assembleia de setembro, da minuta de resolução para a deliberação. Posteriormente, a Conselheira Marina de Pol Poniwas acrescentou que a minuta já está disponível para que os conselheiros(as) possam contribuir. Ressaltou que ela será apresentada no Conselho da Mulher e após será informada a articulação proposta. Informou também que têm sido realizadas conversas com o Ministério das Mulheres, pois o Conanda tem encontrado bastante dificuldade na revogação da Lei de Alienação Parental. Em seguida, o Conselheiro Paulo Thadeu Franco das Neves realizou a leitura da Nota Técnica sobre o Projeto de Lei nº 2628/2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Ato contínuo, em regime de votação, e sem nenhuma consideração por parte dos conselheiros(as) presentes, a referida nota foi aprovada à unanimidade. Após, a Conselheira Deila do Nascimento M. Cavalcanti inferiu acerca da recomposição da representação governamental dentro do Grupo de Trabalho do SINASE.

Considerou também que o prazo de vigência dos trabalhos do GT começa em agosto e vai até julho de 2026, com possibilidade de prorrogação mediante justificativa. Em regime de votação, e sem nenhuma consideração por parte dos conselheiros(as) presentes, os encaminhamentos foram aprovados à unanimidade. Seguidamente, o Adolescente Rian Eduardo Carvalho reforçou que o tema sobre a adultização foi trabalhado em conjunto com o Colegiado do CPA, abordando além das comissões; foi construído, votado e chegou-se a um consenso que seria oportuno realizar uma Nota de Repúdio, exemplificando o caso do influenciador Hytalo Santos e correlacionados, repudiando os atos e dando os devidos encaminhamentos. Adiante, passou-se ao item: Relato da Comissão Permanente de Mobilização e Formação - CMF. Foram propostos os seguintes encaminhamentos: 1. Os conselhos estaduais que desejarem propor alterações no modelo de alternância de dois para um ano, devem formalizar a solicitação por meio de ofício com justificativa assertiva é fundamentada, endereçado ao Conanda, podendo ser dirigido à Secretaria-Executiva ou à própria CMF; 2. A CMF atuará como instância intermediária no caso de um ofício chegue à CMF, então, se compromete a encaminhá-lo imediatamente à mesa diretora sem deliberação de mérito; 3. Avaliar, em momento oportuno, a necessidade de circular informativa do Conanda para orientar os conselhos estaduais sobre os limites de atuação em relação ao CPA Nacional; 4. Que seja enviado um ofício, em nome do Conanda, reconhecendo a importância política e social do evento e da atuação da categoria de assistentes sociais na defesa dos Direitos Humanos, informando que, por restrições orçamentárias e diretrizes internas, não é possível oferecer apoio financeiro logístico para a realização do 18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Aberto as considerações, a Senhora Verena Martins considerou que todos os documentos que são encaminhados ao Conanda devem chegar por meio da Secretaria-Executiva, para que haja um controle, pois eles precisam ser protocolados no Ministério. Posteriormente, avançou-se ao item: Relato sobre a 13ª Conferência Nacional. Foi pontuado, como encaminhamento, a aprovação preliminar das propostas de participação institucional do Conanda, com destaque para o estande e a roda de conversa. Em seguida, a Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva inferiu que foi solicitado à Conjur um parecer para falar sobre a questão da realização da conferência e o período eleitoral de 2026. Considerou que as conferências municipais e estaduais deverão ser realizadas antes da data de 1º de maio, pois a partir dessa data nenhum candidato poderá participar de nenhuma atividade. Finalizou pontuando que vai marcar uma reunião com a comissão organizadora da Conferência Nacional antes da realização da Assembleia do Conanda de setembro. Ato contínuo, o Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger registrou um agradecimento e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, de maneira importante, sobre o debate que aconteceu nas 12 conferências anteriores e a preparação para a próxima conferência, por parte da FLACSO. Após, seguiu-se ao item: Relato da Comissão de Orçamento e Finanças - COF. O Conselheiro Adriano de Britos informou que o trabalho realizado pelo Consultor, Senhor João, foi encerrado. Sendo assim, a comissão enviará, por meio da Secretaria-Executiva, todos os produtos que foram gerados para que os conselheiros(as) tomem ciência. Finalizou ponderando que houve uma articulação junto à Secretaria de Orçamento e Finanças e à Secretaria-Executiva de Planejamento para a apresentação de um relatório da Agenda Transversal de Crianças e Adolescentes. Seguidamente, avançou-se ao item: Relato da Comissão de Políticas Públicas - CPP. Foi realizada a leitura da minuta de resolução que institui o Grupo Temático para tratar do Plano Nacional Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Adiante, uma

das partícipes considerou que o protocolo de grandes eventos e a resolução acerca das mudanças climáticas devem dialogar entre si. Sendo assim, informou que o documento que trata sobre os grandes eventos foi encaminhado ao Professor Assis para que possa ponderar suas considerações e revisão. Posteriormente, a Conselheira Marina de Pol Poniwas ressaltou que são dois grupos, um que acompanhará o enfrentamento à violência e outro que trabalhará o Plano Nacional Decenal, pois tratam de fases completamente diferentes. Pontuou que o Seminário Nacional que irá entregar a revisão do Plano Decenal, pois já passou em todas as etapas estaduais e a temática de enfrentamento à violência está em sua fase inicial. Em seguida, a Conselheira Ana Claudia Cifali ponderou que é importante garantir que não haja duplicidade ou sobreposição nos trabalhos realizados pelos Grupos de Trabalho, pois é preciso que eles possam verificar a forma que vão se desenvolver em conjunto e em prol do objetivo que é comum a todos. Ato contínuo, o Conselheiro Erasto Fortes Mendonça considerou que é evidente que haverá uma sobreposição de trabalho, pois não é possível que um Colegiado, ainda que consultivo, instituído por Decreto, tenha o papel de fazer o que está realizando. Reforçou que o Grupo que é consultivo precisa prestar contas ao Conanda ao final dos trabalhos, com a participação, inclusive, de membros do Conanda. Após, a Conselheira Deila do Nascimento M. Cavalcanti ponderou que é necessário pensar no caráter deliberativo do Conanda. Ressaltou que assim como os outros grupos de trabalho, existe a possibilidade de chamar convidados. Finalizou ponderando sobre a importância de ter uma agenda conjunta entre os Grupos de Trabalho. Seguidamente, a Conselheira Marina de Pol Poniwas inferiu que o que está sendo proposto é a construção do GT do Plano Nacional Decenal, que será do Conanda, e que vai acrescentar nas resoluções e artigos falando sobre a importância da articulação com as comissões dos outros planos. O Plano de enfrentamento à violência fará articulação com a comissão de violência do SINASE e com todos os outros planos também. Adiante, passou-se ao item: Relato do Grupo Temático de Desinstitucionalização de Crianças e Adolescentes das Comunidades Terapêuticas e Instituições Congêneres. Não havendo mais nenhuma apreciação a ser feita, a Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva declarou encerrado o primeiro dia da 339ª Assembleia Ordinária do Conanda.

**Dia 14/08/2025 - Abertura da 339ª Assembleia Ordinária do Conanda** A Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva iniciou o segundo dia da assembleia cumprimentando a todos os presentes. Após, seguiu-se ao item: Aula Magna do Lançamento do Diálogos Romanis: formação em direitos de crianças e adolescentes Romanis e valorização das memórias familiares, realizado pela Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ENDICA), ministrada pela Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo. Com a palavra, a Ministra Macaé Evaristo inferiu que Felca fez um bom trabalho do ponto de vista de alcance e de colocar em tela uma pauta que o Conanda já trabalha há bastante tempo, que é a proteção de crianças no ambiente digital. Ressaltou que essa mobilização também ajudará a caminhar dentro do Congresso Nacional com as legislações atinentes a esse debate. Finalizou considerando que é um grande passo dado, abrir, oficialmente, o Curso de Extensão Universitária de Diálogos Romanis, Formação em Direitos de Crianças e Adolescentes Romanis e Valorização das Memórias Familiares. Seguidamente, avançou-se ao item: Implementação das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008. Com uso da palavra, a Senhora Zara Figueiredo, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, realizou a apresentação do seguinte tema: Painéis de Diagnóstico e

Monitoramento. Aberto as considerações, a Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva agradeceu a participação e presença da Secretária, e reforçou que o Conanda tem discutido a questão relacionada a implementação da Lei nº 10.639 e 11.641. Informou que existe uma demanda legítima de saber como as tratativas estão acontecendo e, principalmente, como o Colegiado pode participar e colaborar. Adiante, o Conselheiro Renato César Ribeiro Bomfim ressaltou a importância de conversar com os pares e organizar os termos para criação de um Grupo de Trabalho. Posteriormente, o Conselheiro Jefferson dos Santos Oliveira inferiu, a partir dos dados levantados, que havia a proposta de subsidiar a fundamentação do GT, pois a proposta parte dessa temática e acompanhamento. Finalizou questionando como é possível avançar naqueles territórios onde os órgãos e o Conanda não conseguem chegar. Em seguida, o Conselheiro Paulo Thadeu Franco das Neves reforçou que ficou mais convencido sobre a importância do GT, para que seja realizado o acompanhamento dos dados e demandas, pois as informações que são apresentados pelos secretários não são as mesmas identificadas pelas crianças quilombolas e indígenas. Ato contínuo, a Senhora Zara Figueiredo ponderou que a vida inteira, foram colocadas forças no ensino superior e nas cotas, pois é sabido por razões óbvias do grande gargalo existente. Nunca foi criada uma ação afirmativa na educação básica e sempre utilizada a régua universalista para essa educação. Reforçou que se os desiguais são tratados de modo igual, aumenta a desigualdade, sendo esse o dilema da educação. Após, a Senhora Beatriz Soares Benedito, Analista de Políticas Públicas do Instituto Alana, realizou a apresentação do seguinte tema: Direito de Crianças e Adolescentes ao Ensino da História Africana, Afro-brasileira e Indígena. Seguidamente, fez as seguintes sugestões ao Conanda: Promoção de escuta de adolescentes sobre questão racial, contemplando a pluralidade étnica dos povos indígenas; Orientações para coleta de dados qualificados para análise de etnia-raça-cor nas políticas de proteção às infâncias; Fortalecimento da defesa de crianças e adolescentes de religião de matriz africana; Fortalecimento da diversidade cultural e o multilinguismo dos povos indígenas. Adiante, a Senhora Suelaine Carneiro, Coordenadora do Programa de Educação e Pesquisa de Geledés, falou sobre a atuação das Secretarias Municipais de Educação no Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Aberto as considerações, o Conselheiro Carlos Frederico dos Santos reforçou que a educação é um dos direitos que o Conanda precisa assegurar para as crianças e adolescentes. Ponderou que, atualmente, há uma violação desses direitos, e se há uma questão racial, é importante que o Colegiado possa agir. Posteriormente, o Conselheiro Paulo Thadeu Franco das Neves inferiu que devem ser observadas duas questões: A situação das escolas indígenas, pois elas já fazem o trabalho da discussão indígena de várias línguas, mas precisam de apoio; Escolas urbanas, que entram na discussão das leis na implementação de fazer esse trabalho contra o racismo e contra o preconceito. Em seguida, a Senhora Suelaine Carneiro ponderou que esse é um momento oportuno, pois o tema entrou, apesar de todas as resistências, mas se coloca dentro das metas de discussão e, portanto, é importante enfrentar isso, já que o resultado será crianças e adolescentes mais felizes. Finalizou considerando que há orçamento, um movimento negro e movimento indígena fortalecidos e com uma maior consciência de que o antirracismo é necessário estar em pauta. Ato contínuo, a Senhora Beatriz Soares Benedito agradeceu a oportunidade e se colocou à disposição para participação e auxílio ao Grupo de Trabalho. Após, foram definidos os nomes dos conselheiros que irão participar do Grupo de Trabalho do Plano Decenal, sendo eles: Representantes da Sociedade Civil - Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP);

Elizabete Terezinha Silva Rosa (CFESS); e a Conselheira Débora. Representantes Governamental - Jefferson dos Santos Oliveira (Ministério dos Povos Indígenas); Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo (MDS); Mayara Silva de Souza (SNDCA); e Aline Kelly Dias Silva (Ministério da Previdência Social). Não havendo mais nenhuma apreciação a ser feita, a Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva declarou encerrado o segundo dia da 339<sup>a</sup> Assembleia Ordinária do Conanda.

*Nos termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, lavrei esta Ata*

*Assinatura eletrônica*

VERENA MARTINS DE CARVALHO

Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Documento assinado eletronicamente por **Verena Martins de Carvalho, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 07/10/2025, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.**



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5172833** e o código CRC **652F4EDC**.

Referência: Processo nº 00135.227007/2025-16

SEI nº 5033397